

DIANTE DO SILÊNCIO EU CANTO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE PASSADOS SENSÍVEIS

BEFORE SILENCE I SING: A PEDAGOGICAL PROPOSAL FOR TEACHING SENSITIVE PAST

Recebido em: 10/08/2020

Aceito em: 15/10/2020

Darlise Gonçalves de Gonçalves¹

Resumo: O projeto a que se refere este artigo fora desenvolvido pela autora no ano de 2018, e aplicado em um formato de oficina, com os alunos do terceiro ano do Instituto Federal Sul Rio-grandense de Ciências e Tecnologias- IF Sul- campus Jaguarão. A referida proposta dialoga com a ideia do “educar para o nunca mais”, discutindo a partir de diferentes recursos pedagógicos os conceitos de “terrorismo de estado”, “pedagogia do medo” e “cultura do medo”, elementos estes que sustentaram as práticas terroristas dos regimes de Segurança Nacional instaurados na América Latina, durante a segunda metade do século passado. Tais aspectos colaboram para a construção e solidificação de uma versão oficial de uma “ditabranda brasileira”, conceito esse que almejamos problematizar e desconstruir durante a referida atividade, trabalhando as diferentes memórias em disputa a respeito do período ditatorial Brasileiro.

Palavras-chave: Ditaduras de segurança nacional; Terrorismo de estado; Ensino de passados sensíveis.

Abstract: The project referred to in this article was developed by the author in 2018, and applied in a workshop format, with the third year students of the Federal Sul Rio Grande Institute of Sciences and Technologies - IF Sul - campus Jaguarão . This proposal dialogues with the idea of “educating for never again”, discussing from different pedagogical resources the concepts of “state terrorism”, “fear pedagogy” and “fear culture”, elements that supported the practices terrorists of the National Security regimes established in Latin America, during the second half of the last century. Such aspects contribute to the construction and solidification of an official version of a “Brazilian ditabranda”, a concept that we aim to problematize and deconstruct during that activity, working on the different memories in dispute regarding the Brazilian dictatorial period.

Keywords: National security dictatorships; State terrorism; Teaching of sensitive pasts.

INTRODUÇÃO

O projeto a que se refere este artigo dialoga com a ideia do “*educar para o nunca mais*”, amplamente difundida por ativistas dos direitos humanos. No que tange as graves violações destes por parte dos estados durante os processos ditatoriais de segurança nacional instaurados na América Latina, durante a segunda metade do século XX. Situado no campo das políticas de memória, objetiva questionar o legado autoritário deixado pela transição

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão. Mestranda em História, pela Universidade Federal de Pelotas. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisa sobre relações de solidariedade na fronteira Jaguarão / Rio Branco durante a ditadura civil-militar de 1964. E-mail: darlisehistoriadora@yahoo.com

negociada de 1985, fazendo com que o período ditatorial civil-militar de segurança nacional seja até os dias atuais um objeto de disputa pautado por relações de poder no campo das versões.

O ensino de história enquanto alicerce a formação de seres críticos e autônomos não deve estar apoiado, apenas, no uso de métodos tradicionais, contidos em livros e teses. Ele deve se expandir a ponto de apreender a dimensão humana dos processos. Nesse sentido, novos recursos pedagógicos cada vez mais vêm sendo empregados dentre eles, damos especial destaque, no contexto desta oficina, ao uso da música em sua totalidade, letra e melodia, enquanto recurso pedagógico facilitador à compreensão de conceitos complexos.

Assim, com intuito de gerar uma aprendizagem mais significativa, dos referidos conceitos, a partir de uma educação crítica em acordo com as premissas básicas da Justiça de Transição no que tange temas sensíveis, respeitando os direitos humano, foi desenvolvido esse projeto. No qual, a partir da análise crítica de diferentes fontes, os educandos têm a oportunidade de construir conjuntamente os saberes a respeito do modus operandi desses regimes de terrorismo de estado, bem como seus reflexos no âmbito individual e coletivo no Brasil. A aplicação do mesmo só foi possível com a colaboração do professor Lauro Luis Borges Junior, que possibilitou a realização da atividade com sua turma, um terceiro ano do curso técnico integrado em edificações do IF Sul Campus Jaguarão.

NOTAS INTRODUTÓRIAS A CERCA DO ENSINO DE PASSADOS SENSÍVEIS

Nos últimos anos, como destaca a pesquisadora Circe Bittencourt, vem ocorrendo significativas transformações no perfil do público escolar, demandando uma necessidade de adequação do ensino às demandas do mercado fazendo com que a sociedade de consumo transforme o “saber escolar, em mercadoria” (BITTERNCOURT, 2002. p. 15) esvaziando o ensino da sua função crítica e emancipatória. Se os homens fazem sua história em contado uns com os outros e com o mundo a sua volta, atuando no mundo. Perceber-se enquanto agente histórico e conscientizar-se no sentido mais Freiriano que esse verbo possa conter, é uma das principais funções da história. Em sua *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire nos assinalou que os homens pouco sabem de si e essa máxima gera sua enorme inquietação por saber mais sobre seu lugar no mundo, deslocam-se para o centro dessa problemática e suas questões os levam sempre a outras. Constatar essa inquietude desvela o grave problema da desumanização

enquanto uma realidade histórica, a escola, nem sempre nos prepara para despertarmos essa compreensão, que nas palavras do autor é uma vocação inerente à condição de ser humano:

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 1970. p. 19).

Cada vez mais vivemos uma despolitização do ensino de história, despiendo esse de sua carga crítica, esse movimento afeta diretamente a capacidade do indivíduo desenvolver sua consciência histórica, conceito esse que varia de acordo com a grade de leitura que o apresenta gerando distintas formas de apreensão desta que antes de ser algo ensinado ou pesquisado, esta ligada diretamente a historicidade que é a própria condição da existência humana. Assim, o que varia são as formas de apreensão dessa historicidade pelas distintas populações. Uma história criticamente problematizada acaba por fornecer os instrumentos necessários para que aqueles grupos excluídos da chamada “história oficial” se instrumentalizem teórica e politicamente para transformação da sua realidade opressora. Por outro lado, quando não há reflexão e apenas preocupação com o “se passar conteúdo” a história acaba por configurar-se em um instrumento de manutenção do status quo de uma sociedade excludente.

Dentre os muitos desafios de uma sala de aula um ganha especial destaque, e é motivo de “dor de cabeça” para muitos educadores, como abordar questões sensíveis/ vivas / traumáticas, sobretudo aquelas ligadas à história do tempo presente que são objetos de tensões entre diferentes grupos, sem esbarrar em generalizações, negacionismos ou vitimizações e sem chocar os educandos? O sociólogo Benoit Falaize (2014), define um tema de ensino enquanto vivo a partir de dois fatores principais, o primeiro esta relacionado à vivacidade em toda sociedade do tema abordado, especialmente se esse está presente nas mídias e é objeto de disputas e controvérsias. O segundo, esta relacionado diretamente a debates interiores a disciplina. No caso da ditadura de 1964, esse tem sido um tema revisitado pela mídia de maneira mais recorrente desde os primeiros movimentos da Comissão Nacional da Verdade, quando diferentes atores vieram a público colocar suas versões e controvérsias sobre os

vividos durante o regime. No campo historiográfico segundo o historiador Enrique Serra Padrós,

As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 60 a 80, assim como a atualidade do debate sobre questões não resolvidas produzidas por aquelas experiências históricas, constituem importante campo para o exercício e a aferição das reflexões teórico-metodológicas que embasam o debate sobre a vitalidade da análise do Tempo Presente. (PADRÓS, 2009, p.31)

Ainda segundo este autor, as lacunas deixadas por um processo transicional arranjado, onde imperaram “silêncios cúmplices dos primeiros governos pós-ditatoriais [...] em um quadro de relações de força onde os militares impuseram, como condição essencial, o silêncio institucional e a impunidade presente e futura para seus atos passados.” (PADRÓS, 2009, p. 32). Assim, diante desse cenário, onde os arquivos oficiais foram interditados, removidos ou destruídos, resta ao historiador do tempo presente “conhecer aquele passado traumático somente através da única informação disponível, a dos sobreviventes e das vítimas” (Idem). Nesse sentido, o esforço de sistematização de explicações plausíveis, ainda que muitas vezes provisórias dada à parca disponibilidade de fontes, o historiador do tempo presente contribui para o posicionamento da sociedade diante dos fatos, como no caso das demandas por verdade memória e justiça sendo essa, segundo Padrós, uma das funções vitais da História do Tempo Presente.

Por outro lado, se o conhecimento produzido na academia permanece encastelado nesta, acaba por não cumprir com sua função social. No entanto, dentro de uma sala de aula os professores são confrontados constantemente com uma série de dificuldades especificamente escolares, que vão desde questões curriculares e a pressão de se “vencer conteúdos”, até questionamentos de caráter “ideológico” a respeito de sua forma de ensinar e os conteúdos apresentados. Distanciando-se cada vez mais do que Paul Ricoer chamava de um exercício de justa memória, ou seja, “a capacidade de elaborar uma conjunção respeitosa e harmoniosa da história e da memória, até e inclusive na pedagogia como na didática.” (FALAIZE, 2014, p. 230). Segundo Gasparotto e Padrós,

Se concordamos que o dever de memória gera consciência histórica e de que esta é um mecanismo de defesa para uma sociedade que, no passado recente, sofreu o terror de Estado, então, o papel da escola e o papel docente passam a ser profundamente estratégicos para que se consolide a percepção de cidadania e a

própria democracia. E isso é a constatação do caráter decididamente político na intenção docente de trabalhar a História Recente. (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010. p. 201-202)

A autora Verena Alberti em palestra proferida IV Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades no ano de 2014 destaca que, “o problema dos temas sensíveis é que eles não são fáceis de tratar em sala de aula – aliás, em lugar nenhum”, pois “estamos no terreno das memórias em disputa, que tem na escola um dos seus palcos políticos talvez mais evidentes.” (ALBERTI, 2014. s.p.). Como uma possível saída para essa questão, a autora prossegue sua fala apontando caminhos para uma abordagem proveitosa destas temáticas em sala de aula. Sendo o primeiro pré-requisito a necessidade de um ambiente seguro, para ambas as partes envolvidas no processo de aprendizagem, onde se possam desenvolver criticamente as reflexões sobre o tema abordado. Nas palavras da autora, se faz necessário que “os professores e a escola estejam dispostos a correr riscos. Além disso, é preciso que professores e alunos tenham tempo e vontade para entender um assunto complexo, para sair da facilidade do preto-e-branco e entrar numa zona cinzenta.” (ALBERT, 2014).

Para isso, a autora aponta alguns caminhos a serem percorridos pelos educadores como: uso de fontes atraentes e estimulantes capazes de incentivar a reflexão crítica por parte dos educandos e colocar em xeque ideias pré-concebidas de lugares comuns; enfatizar a diversidade de experiências diante da temática abordada nos permitindo fazer frente a uma tendência da história oficial de homogeneizar os grupos e, também, respeitar as vítimas de situações limites e os alunos que tomam contato com esses temas não sendo necessário chocalos. Como destaca a Alberti:

O horror do holocausto não está nas imagens; não precisamos mostrá-las para tentar dar conta do que aconteceu, em sua gravidade. O mesmo vale para a tortura cometida por agentes públicos durante o governo militar, no Brasil, ou então para os castigos infligidos aos escravos. (ALBERTI, 2014. s.p.).

Portanto, como apontado pelo sociólogo francês Benoit Falaize, se seguirmos a Paul Ricoeur, que atenta para a necessidade de uma “justa memória”, talvez seja pertinente e de extrema urgência pensarmos em uma “justa pedagogia” da história voltada para a construção de “uma história crítica sem subestimar a força social da memória em jogo, que possa ser fiel ao passado sem renegar a verdade e ser fiel à verdade acadêmica, sem retirar nada da dignidade das pessoas inseridas na história.” (FALAIZE, 2014. p. 250).

No que diz respeito ao ensino de questões referentes à temática das ditaduras, embora muito se tenham avançado nos estudos acadêmicos sobre esse tema, ainda existem diversas lacunas na implementação de políticas de memória. No campo da educação formal nos “faltam diretrizes específicas para a inserção destas temáticas na escola e a produção de materiais didáticos que venham a instrumentalizar os professores para a sua abordagem em sala de aula.” (ASSUMPCÃO, *et.al*, 2013, p. 45). Segundo o historiador Enrique Serra Padrós (2004) quando a “história oficial” renega a margem de seu discurso os debates a respeito dos direitos humanos tenta justificar a atitude de indução de desmemória, podendo esta ser o silêncio ou o apagamento, abstendo-se da guerra suja travada nos “porões das ditaduras” gerando na sociedade o que Elena Vieira caracterizou enquanto um “anestesiamento político e um quadro de amnésia” (VIEIRA, 2018, p. 31) processos esses, que estão intimamente associados à própria impunidade, como destacam os autores. No entanto, como pontuado por Michael Pollak (1989) essas memórias subterrâneas persistem paralelamente a uma memória oficial prontas para aflorar e tencionar esse discurso posto enquanto “verdade”.

Na disputa política para conseguir impor a veracidade de uma narrativa os vitimários utilizam estratégias de esquecimento, enquanto as vítimas apelam para a memória. Para as vítimas, a verdade é conexas com a memória, enquanto os vitimários fazem prevalecer sua verdade pelas estratégias de esquecimento (RUIZ, 2012. p. 72).

No caso das ditaduras a produção memorialística tornou-se um instrumento de denúncia e de busca por justiça como argumentado a historiadora argentina Beatriz Sarlo (2005, p. 62), “La memoria es un bien común, un deber [...] y una necesidad jurídica, moral y política.”. Nesse sentido, destacamos a importância da abordagem dessa temática em sala de aula em vista de que “é no sentido de reverter esse desconhecimento [induzido pelo Estado], que afeta especialmente as gerações mais jovens, que a escola ganha maior importância estratégica, enquanto local privilegiado para compensar e, talvez, reverter esse quadro” (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010. p.183).

NÃO ME CALO, CANTO! UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

A oficina intitulada “Memórias de 1964, a Arte Enquanto Meio de Diálogo de um Povo Frente à Repressão”, desenvolvida e ministrada pela autora, objetiva trabalhar alguns conceitos fundamentais ao entendimento dos regimes de Terrorismo de Estado, ocorridos na

América Latina durante a segunda metade do século passado, a partir do emprego do documento musical na qualidade de fonte histórica. Uma vez que, este é produto da experiência social de um indivíduo em uma determinada época. De acordo com Circe Bittecourt, entendemos por documento o “conjunto de signos, visuais ou textuais, que são produzidos em uma perspectiva diferente dos saberes das disciplinas escolares e posteriormente passam a ser utilizados com finalidade didática.” (BITTECOURT, 2009. p. 296).

Sendo a música uma experiência cotidiana e prazerosa na vida do homem, configura-se em um interessante objeto pedagógico, capaz de projetar aproximações dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade dos alunos, propiciando assim melhores resultados de aprendizagem. Segundo o pesquisador Ramon Bezerra de Souza (2018), esta se configura em um recurso que viabiliza o desenvolvimento de certas habilidades interpretativas nos educandos, além de influenciar positivamente no processo de desenvolvimento e psicossocial destes.

A canção que escolhemos como base da oficina, faz parte do vasto Cancioneiro Buarqueano. Chico, fora um dos compositores mais censurados pela ditadura civil militar brasileira, suas letras repletas de metáforas e meias palavras teciam duras críticas às práticas terroristas do estado ditatorial. Sua poesia eternizou a agonia daquele que fora arrancado dos braços de quem ama, sua melodia ecoa a voz de um protesto, de um aviso, de um grito de dor daqueles tantos que foram calados pela “dura”. Nas palavras do pesquisador Anazildo Vasconcelos da Silva, encontramos na obra de Chico “o grande arauto metafórico das inquietações nacionais [...] uma das mais expressivas vozes da lírica brasileira” (SILVA, 2004. p.173) assim, “a voz implícita na canção de protesto, compartilhando a instancia de enunciação lírica, harmoniza-se no coro lírico de vozes interdidas, através da qual a trajetória do eu lírico insere-se no âmbito da problemática humano-existencial” (Idem, p.178). Sua poesia ao transformar o medo em ação, à incerteza da morte em luta gera, naquele contexto, em que o caso de um indivíduo sequestrado/ torturado/ desaparecido era cotidiano, um alerta social para o modus operandi do Terrorismo de Estado, que submete a sociedade a uma Cultura do Medo que imobiliza tentativas de contestação e denúncia. Nesse sentido, o historiador Marcos Napolitano, também tece consideráveis ponderações a respeito da expressiva articulação entre ser social e tempo histórico contida no Cancioneiro Buarqueano,

para o autor Chico Buarque, “fez da relação tensa entre ser e tempo num contexto autoritário, à base de sua matéria poética e, desta forma, imprimiu um sentido político sui-generis para a sua obra, indo além dos limites da canção de protesto tradicional.” (NAPOLITANO, 2003, p. 1). Como argumentado em trabalho anterior, “*Acorda Amor*” documento analisado nesta oficina, “traz impressa em sua poesia e melodia os modos de vida daqueles que vivenciaram os anos de chumbo no Brasil, a repressão é um elemento estrutural na obra” (GONÇALVES; MARTINS, 2019. p. 4).

Tais postulados já seriam suficientes para embasar a opção por esta fonte e não por outras. Todavia, em busca de um argumento mais humano, que dialogue com a função social da educação e do trabalho do historiador, buscou-se dar rostos a esses relatos, afinal, não tratamos de dados estatísticos durante a atividade, mas sim de seres humanos, jovens como os que hoje são convidados a analisar essas fontes. Nesse sentido, acreditamos ser importante compartilhar neste texto um dos relatos trabalhados na oficina, o único que foge do contexto da militância gaúcha.

Em depoimento contido na obra “Carta sobre a anistia” o ex-militante político Fernando Gabeira afirmaria que:

Os políticos podem dar o balanço do número de mortos, do número de cassados refugiados, banidos, mas quem dará o balanço dos projetos humanos que se frustraram, dos abraços que se negaram, dos beijos paralisados, tudo por medo? Quem dará o balanço do que nos vivemos? (GABEIRA, 1979 apud. MENESES, 1982. P. 69).

Certamente, o *modus operandi* mais visível dos regimes de terrorismo de estado são: as torturas, sequestros, desaparecimentos e banimentos. Todavia, a máquina repressiva deixou feridas muito mais profundas, como as relatadas por Gabeira. Conceitualmente, esse processo pode ser explicado a partir de três conceitos intrinsecamente ligados: Terrorismo de Estado, Cultura do Medo e Pedagogia do Medo². Todavia, desenvolvemos esta oficina na busca de

² Entendemos o *terror de estado* enquanto um mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, podendo ser entendido como um instrumento coercitivo formado por diferentes métodos de controle social, dentre os quais podemos citar prisões ilegais, desaparecimentos, torturas, mortes, censura aos meios de comunicação, imprecisão ou falta de informação sobre o destino daqueles que eram detidos, dentre outras práticas sistemáticas de violência que vinham a coibir ações contrárias a política do estado ditatorial, instaurando assim a *cultura do medo* na sociedade. “Na medida em que se impôs a autocensura, o Terror de Estado cumpriu sua função *pedagógica*, dobrando vontades e resistências [pedagogia do medo], o que, combinado com a sensação de impunidade, gerou medo e imobilismo [cultura do medo].” Para essa definição nos apoiaremos nos argumentos de (PADRÓS, 2005. 2 t.).

levar os educandos a aprender essa dimensão humana que outrora fora cerceada pelo terrorismo de estado, almejando captar nuances das relações de autoritarismo, as quais pontuavam as relações cotidianas dos indivíduos; o medo era sentimento rotineiro e instrumento pedagógico intrínseco a essas relações.

A mesma divide-se em dois momentos, no primeiro buscou-se por meio de um questionário compreender o que a turma conhecia sobre a temática em questão. Essa atividade foi aplicada na manhã do dia 27 de novembro de 2018 e contou com quatro perguntas dissertativas sobre o tema, *O que você entende por terrorismo de estado? / Para você o que é pedagogia do medo? / Você saberia explicar o que é cultura do medo? / Fale brevemente sobre os reflexos do golpe de 1964 para a sociedade brasileira*. Esse exercício foi de vital importância para que a proposta pudesse ser desenvolvida, uma vez que, sem o conhecimento desses dados correríamos o risco de deixar a oficina sem sentido para os educandos.

Dois dias depois, voltamos a nos encontrar para o desenvolvimento da atividade, esta teve duração de duas horas, durante as quais, primeiramente, contextualizamos alguns pontos que acreditávamos ser necessário após a leitura dos questionários. O auxílio do professor titular foi fundamental nesse momento, pois ele já havia tratado da temática das ditaduras na América Latina em aulas anteriores, nas quais pudemos observar os pontos explanados e as intervenções realizadas pelos educandos. Em um segundo momento, foi realizada uma sucinta explanação sobre a obra, seu contexto de produção e seu autor. Logo em seguida, colocamos para tocar a melodia da canção *Acorda Amor* e solicitou-se para que os educandos ouvissem atentamente e tomassem nota de suas impressões, depois foi realizada a leitura da letra durante a qual eles foram tecendo consideração de seus raciocínios analíticos. Após esses passos, escutamos a música novamente e a partir desse ponto eles passaram a socializar suas impressões e as conexões que estabeleceram com os conceitos que foram inicialmente debatidos.

Por fim, com intuito de dar um rosto para o que abstratamente estávamos discutindo, apresentamos para a turma alguns depoimentos imagéticos e impressos, de ex-militantes políticos perseguidos pelo regime. Foram escolhidos relatos de indivíduos ligados à luta armada no Rio Grande do Sul, a partir de trechos do documentário *Arquivos da Cidade*, e de partes transcritas de entrevistas realizadas pela autora com militantes atuantes na cidade de Jaguarão e arredores durante aquele período. Objetivando descentralização do imaginário que

se forjou sobre essa temática fortemente atrelado ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, e ao mesmo tempo em que situando geográfica e etariamente a realidade trabalhada conseguimos despertar sensibilidades nos educandos garantindo uma aprendizagem a partir de um viés humano desses processos. Procurando demonstrar para os alunos que versões simplistas reproduzidas até hoje são fruto da censura e da cultura do medo que domesticou as vontades do povo brasileiro, podando suas margens de atuação frente ao aparato repressivo do estado. Uma história oficial muito bem forjada que se solidifica a partir do silêncio proposital arquitetado pelo próprio estado, versão esta que cabe a nós enquanto educadores elucidarmos. Para isso, os recursos como: fonte musical, combinada com a análise de outras fontes documentais e relatos, imagéticos e/ou impressos de indivíduos pertencentes à militância gaúcha; são aliados nesse processo de (des) construção da história.

Ao final da oficina, solicitou-se que os alunos produzissem um breve texto/ relato sobre suas impressões e o que conseguiram compreender a partir da atividade, esse material nos serviu de feedback para que possamos medir se nossos objetivos foram alcançados e traçar estratégias de melhorias para as próximas oficinas. Em linhas gerais, a turma esteve participativa e atenta durante todo o percurso da atividade, agregando seus questionamentos e diferentes posicionamentos a cerca da fonte analisada, gerando um debate extremamente proveitoso. Alguns membros dessa mesma turma, no ano de 2019, estiveram à frente da organização de um ciclo de palestras com representantes do Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Se uma atividade levou a outra? Não saberíamos responder com precisão, todavia, sem dúvidas sementes foram plantadas naquelas manhãs de novembro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma questão de extrema importância, não só para o ensino, enquanto saber escolar, mas também, enquanto crescimento humano. Em uma conjuntura atual atravessada por tantos discursos de ódio e disseminação do movimento de fake News. Momento em que vemos jovens e adultos marchando nas ruas ou manifestando-se nas redes sociais pedindo a volta dos militares ao poder/ AI-5 outra vez. Acreditamos que as raízes desse movimento estão nos silêncios impostos por uma cultura do medo, pelas amarras de censura e da autocensura que amordaçavam a imprensa e a opinião pública brasileira, pelo uso da força

para reprimir toda e qualquer oposição, elementos estes que reinaram em nossa sociedade por 21 anos. Ao final dos quais restou uma larga impunidade, para os crimes praticados pelo estado brasileiro, e uma total desinformação e falta de participação popular durante o processo de transição. A democracia negociada, no qual seus silêncios e negação da memória vigoram até hoje. Assim, mais que nunca faz sentido abordar este tema sensível e amplamente disputado no campo das versões, onde múltiplas memórias se confrontam.

Para esse fim, almejamos um método que desperte a sensibilidade, a empatia nos alunos, conceitos complexos puderam ser explanados e melhor compreendidos, bem como desconstruímos postulados e estereótipos forjados pelo senso comum que desembocam na ideia de uma “ditabranda” brasileira. Nesse método, a aprendizagem é coletivamente construída, conjugamos métrica, rima e sonoridade, despertando a percepção sensorial dos educandos, que foram capazes de compreender o mecanismo de denúncia social contida no ceio da referida canção de protesto. Acrescido a isso, foi dado um rosto a essa emoção, um rosto jovem como eles, cheio de sonhos como os deles, e geograficamente próximo a eles, alguns até frequentavam os mesmos lugares que eles hoje frequentam, despertando empatia. A combinação dessas abordagens pedagógicas tem por finalidade gerar a apreensão dos conceitos nos estudantes, conceitos estes que se fossem teoricamente discutidos, apenas, remeteriam a dados sem sentido algum e completamente distantes de suas realidades, um ponto a ser cobrado para a avaliação, mas que não viria a contribuir à formação humana e cidadã desses jovens. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!*

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas**. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

BITTENCOURT, Circe (org.). Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História. IN: _____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTECOURT, Circe. Livro didático. In: _____. **Ensino de História – fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

DE SOUZA, Ramon Bezerra. A Música e o Ensino de História: Reflexões Sobre Métodos e Possibilidades No Processo de Ensino e Aprendizagem. **Educação Básica Revista**, v. 4, n. 1, p. 213-222, 2018.

FALAIZE, Benoit. O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 224-253, jan./abr. 2014. Título original: L'enseignement des sujets controversés dans l'école française: les nouveaux fondements de l'histoire scolaire en France? Traduzido por Fabrício Coelho.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17^o ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar Em Sala De Aula: Desafios e Compromissos com o Resgate da História Recente e da Memória In: **Ensino de história: desafios contemporâneos / org. Véra Lucia Maciel Barroso... [et al.]**. – Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Travessia: O Protagonismo da Fronteira Jaguarão na Rota dos Passageiros da Liberdade Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1973)**. Jaguarão: Unipampa, 2018. 65. f. Trabalho de conclusão de curso História Licenciatura, 2018.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. MARTINS, Larissa Pinto **Acorda Amor! A Música Enquanto Principal Mecanismo de Diálogo do Povo Frente à Repressão: Possibilidades e abordagens para o ensino de história**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 05, ed. especial, abr., 2019, artigo nº 1117. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1117> acesso em 20/06/2018.

MENESES, Adélia Bezerra de. **Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque**. São Paulo: Hucitec, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. **‘Hoje preciso refletir um pouco’: ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Hollanda, 1971/1978**. História, v. 22, n. 1, p. 115-34, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra; ASSUMPCÃO, Marla. Ditaduras civil-militares do Cone Sul: experiências de trabalho e práticas para sala de aula. 2013. In: GASPAROTTO, Alessandra, FRAGA, Hilda e BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio Cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre. Evangraf/UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. UFRGS, 2005. 2t. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos. **História em Revista**. N. 10, 2004.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. A testemunha e a memória. O paradoxo do indizível da tortura e o testemunho do desaparecido. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 48, N. 2, p. 70-83, mai/ago 2012.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Editorial Siglo XXI Editores Argentinos. Buenos Aires, 2005.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. O Protesto na Canção de Chico Buarque in: FERNANDES, Rinaldo de (org.). **Chico Buarque do Brasil: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro**. Rio de Janeiro: Garamond/Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.